

# CORREIO DE CAMPINAS

Polícia Civil do Estado de São Paulo



Atual sede do Deinter-2, no Centro, em Campinas

## Pra que resolver se é possível empurrar com a barriga?

A Câmara Municipal retirou a exigência de cumprimento do prazo de cinco anos para que o governo estadual construísse a nova sede do Deinter-2 (Departamento de Polícia Judiciária de São Paulo Interior 2) em Campinas. A doação do terreno, por parte da Prefeitura, já faz dois anos, mas, até o momento, o Palácio dos Bandeirantes não viabilizou nem a parte burocrática - ou seja, não daria tempo para que o Governo do Estado de SP terminasse a obra a tempo, fazendo com que a gleba corresse o risco de voltar para a Administração Municipal. A retirada do prazo foi aprovada na noite de ontem (20) pelos vereadores em Plenário.

### Ao léu

Mas, ao invés dos parlamentares campineiros cobrarem Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP) pela construção, demandando agilidade, quando o atraso já havia chegado há 1 ano, 'resolveram' a questão retirando o prazo. Pergunta: se com data marcada a obra nem começou a ser feita, agora, sem prazo estipulado, é que a população verá a nova sede ser agilizada?

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas



Reunião discutirá uso indiscriminado e sem orientação

## Canetas emagrecedoras

A Comissão Permanente de Política Social e Saúde, presidida pelo vereador Paulo Haddad (PSD), que é médico e dentista, se reúne às 15h desta quinta-feira (21) para discutir o uso de canetas emagrecedoras (como Mounjaro e Ozempic) e as consequências da utilização indiscriminada, sem orientação médica. O tema será explanado pelo endocrinologista e metabologista Bruno Geloneze Neto, professor da Unicamp e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Obesidade e Diabetes.

### Efeitos adversos

Segundo Haddad, "estima-se que as canetas estejam presentes em pelo menos um terço dos domicílios. E, apesar de elas efetivamente terem revolucionado o tratamento da obesidade e diabetes, muita gente usa sem supervisão um medicamento que tem efeitos adversos". O encontro é gratuito, aberto ao público e ocorre no Plenário. Será transmitido pela TV Câmara.

## PINGA-FOGO

### Eficiente I

A modernização da gestão pública municipal ganha um aliado estratégico com o Projeto de Lei protocolado pelo vereador Nelson Hosri (PSD-SP) na Câmara. A proposta institui a Política Municipal de Integração e Atualização Cadastral Imobiliária para simplificar trâmites burocráticos.

### Eficiente II

A iniciativa do parlamentar propõe extinguir a necessidade de o contribuinte enfrentar novos e demorados procedimentos na Prefeitura, após já ter tido que concluir os trâmites - no mínimo exaustivos e demorados - de compra, venda ou transferência em um cartório de registro de imóveis.

### Eficiente III

Na prática, a matéria autoriza o Poder Executivo a desenvolver sistemas de integração eletrônica com cartórios, tabelionatos e centrais de registros públicos, permitindo que a transmissão de dados ocorra de forma digital entre os órgãos envolvidos na regularização - facilitando e muito a vida do contribuinte.

### Eficiente IV

A proposta gera vantagens diretas, como a atualização rápida da titularidade dos bens, redução de erros cadastrais no IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), fortalecimento da segurança jurídica e a diminuição da necessidade de deslocamentos à Prefeitura para atendimento presencial, que consomem, no mínimo, tempo.

### Eficiente V

O texto atende às diretrizes da Lei do Governo Digital e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sem interferir na autonomia dos cartórios e sem criar despesas para o orçamento do Executivo, e é o mínimo que se espera em termos de cadastros municipais: que possam ser pela internet

### Eficiente VI

A iniciativa merece reconhecimento por sintonizar o município com modelos de tecnologia e eficiência administrativa de cidades inteligentes, transformando a relação com o contribuinte com menos papelada e mais agilidade.



Famílias precisam morar ou trabalhar na cidade há cinco anos

# Campinas terá sorteio de moradias da CDHU

## Inscrições serão abertas pela internet a partir 1º de junho

Da Redação

A partir de 1º de junho moradores de Campinas poderão se inscrever para o sorteio de moradias da Cohab (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano) vinculada ao programa Casa Paulista do Governo do Estado de São Paulo. As inscrições são feitas pelo site: <https://www.cdhu.sp.gov.br/cdhu>

### Critérios

A iniciativa atende famílias que moram ou trabalham em Campinas há no mínimo cinco anos. É exigido comprovante de rendimentos mensais situados na faixa de um a dez salários mínimos, além de não ser proprietário de imóvel e não ter financiamento habitacional anterior. A distribuição das habitações obedece a cotas de reserva determinadas pela legislação que rege a Cohab, destinando 4% do montante a integrantes das forças policiais, 5% para idosos e 7% a pessoas com deficiência.

O percentual excedente é direcionado ao contingente da demanda geral de inscritos. O processo de seleção funciona em duas etapas principais. Na primeira, há um sorteio público eletrônico auditado, que escolhe os titulares e os suplentes (lista de espera). Na segunda, os titulares são convocados para entregar a documentação exigida, que é analisada para comprovar se os

candidatos atendem aos requisitos obrigatórios definidos pelas regras do edital.

### Pagamento

O financiamento seguirá as diretrizes da nova Política Habitacional do Estado de SP, com juro zero para famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos. As prestações são calculadas conforme a renda familiar, com duas possibilidades: comprometimento de 20% dos rendimentos, com parcelas corrigidas pela inflação (IPCA), ou de 30% da renda familiar, com parcelas fixas.

### No Estado

Ao todo, o Casa Paulista anunciou a abertura de inscrições para o sorteio de 4,3 mil moradias. As unidades, com obras já em andamento, estão distribuídas em 66 municípios de 14 regiões administrativas do Estado e fazem parte das 13 mil anunciadas para sorteio em evento realizado no Palácio dos Bandeirantes, em fevereiro deste ano.

Nesses conjuntos, estão em construção, ao todo, 4.942 moradias, sendo 540 já destinadas ao Programa Moradia Segura, voltado a policiais; 51 para demanda fechada indicada pelas prefeituras para atendimentos prioritários, geralmente associados a famílias que moram em áreas de risco; e 4.351 para sorteio público.